

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## 1. DO OBJETO

**1.1. Aquisição de insumos para impressão e acabamento no método offset, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:**

### Lote 1

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM
1	Corretor de chapa offset positiva (compatível com a qualidade do HXe107), frasco com 250g	259812	Pote	6	39,50	237,00
2	Desengraxante industrial para uso em máquinas e equipamentos OFFSET; Galão de 5 litros. Aplicação gráfica.	317239	Galão	8	94,31	754,48
3	Goma arábica biodegradável p/ proteção de chapas offset (1 litro)	417697	Garrafa	25	19,90	497,50
4	Restaurador de Blanqueta de uso industrial gráfico, biodegradável de baixo odor; galão de 5 litros	259730	Galão	6	80,33	481,98
5	Solvente ecológico (uso industrial gráfico em rolarias), biodegradável de baixo odor; galão contendo 5 litros	448032	Galão	20	97,54	1.950,80
6	Revelador de chapas de alumínio positivas (para revelação manual ou cubeta), biodegradável de baixo odor; galão de 5 litros	405182	Galão	62	41,00	2.542,00
7	Gel Desengraxante ecológico para limpeza de mãos (compatível com qualidade da marca H-Plus); pote contendo 950g	459722	Pote	15	31,86	477,90
8	Limpador de chapas (1litro)	253476	Garrafa	20	60,00	1.200,00
9	Alcool Isopropílico (1 litro)	433818	Garrafa	50	44,00	2.200,00
10	Solução de fonte de baixo odor, biodegradável, com função de melhorar hidrofilia para offset plana, estabilizar pH e melhorar qualidade de impressão; galao de 5l	95060	Galão	25	69,99	1.749,75
11	Diluyente para Tinta Offset, lata de 1 litro	259735	Lata	4	10,69	42,76
12	pasta anti tack para impressão offset, lata de 3kg	369408	Pote	2	340,00	680,00
13	Po antimaculador, frasco com 500g.	242849	Frasco	8	37,19	297,52
14	Esponja litográfica (esponja vegetal de alta absorção para uso em offset na limpeza dos cilindros)	283437	Unidade	60	26,47	1.588,20
15	Estopa branca para polimento (que não solte fiapos residuais); pacote de 400g (AMOSTRA)	277505	Pacote	40	15,35	614,00
16	Spray enegrecedor (compatível com qualidade da marca duplicopy ou superior qualidade) (AMOSTRA)	256996	Unidade	25	35,49	887,25
17	Toalha de limpeza industrial gráfica, de alta absorção; hidroentrelaçamento perfeito, Tamanho: 29x29cm; qualidade igual ou superior à PRALIM, Pacote com 100 unidades (AMOSTRA)	259861	Pacote	80	66,72	5.337,60
18	Algodão hidrófilo (que não solte fiapos, compatível com qualidade da marca APOLO ou CREMER ou SIMILAR), pacote contendo 500g (AMOSTRA)	279727	Pacote	20	12,43	248,60
19	Rolo de arame para grampeador miruna; espessura 26mm; peso: 2,2 kg/rolo	277692	Rolo	30	82,00	2.460,00
20	Cola para encadernação, característica adicional granulada, inodora, TIPO HOT- MELT; (embalagem de 5kg) (AMOSTRA)	307344	Embalagem	3	167,09	501,27
21	Cola plástica para blocagem, branca, inodora, galão de 5 litros	435080	Galão	10	121,40	1.214,00
22	Glicerina Bidestilada (1 litro)	441569	Garrafa	2	26,20	52,40
TOTAL LOTE:						26.015,01

**Lote 2**

ITE M	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM
23	Chapa Positiva Convencional para impressoras offset planas Catu 660; material aluminio; Espessura 0,30mm; Medida: 605 x 660 x 0.30mm	239201	Unidade	600	30,34	18.204,00
24	Chapa Positiva Convencional para impressoras offset planas Catu 510 e 511 material aluminio; Espessura 0,15mm; Medida: 395 x 500 x 0.15mm	379406	Unidade	450	13,71	6.169,50
25	Camisa Molhadora para CATU 511, código 002-1943-3, (53MM - MOLETOM), branca, caixa com 25 metros	418148	Unidade	4	R\$ 1.464,55	5.858,20
26	Camisa Molhadora para CATU 511, código 002-5072-3, (44MM - MOLETOM), branca, caixa com 25 metros	418148	Unidade	4	R\$ 1.407,68	5.630,72
27	Camisa Molhadora para CATU 511, código 002-5241-3, (36MM - MOLETOM), branca, caixa com 25 metros	418148	Unidade	4	R\$ 1.500,00	6.000,00
28	Blanqueta para impressora Catu 660 e 660/2, formato 650 x 670mm - Esp 1.95 - 04 lonas	354082	Unidade	8	R\$ 302,18	2.417,44
29	Blanqueta para impressora Catu 510, formato 385 x 505mm - 03 lonas	219896	Unidade	8	R\$ 124,33	994,64
TOTAL LOTE:						45.274,50

**Lote 3**

ITE M	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM
30	Tinta offset plana, composição 100% vegetal, escala Europa (CMYK), PRETA, lata de 2kg	140031	Lata	26	R\$ 159,98	4.159,48
31	Tinta offset plana, composição 100% vegetal, escala Europa (CMYK), AMARELA, lata de 2kg	140031	Lata	20	R\$ 187,50	3.750,00
32	Tinta offset plana, composição 100% vegetal, escala Europa (CMYK), AZUL cian, lata de 2kg	140031	Lata	20	R\$ 180,85	3.617,00
33	Tinta offset plana, composição 100% vegetal, escala Europa (CMYK), MAGENTA, lata de 2kg	140031	Lata	20	R\$ 126,85	2.537,00
34	Tinta offset plana, composição 100% vegetal, AZUL ROYAL, lata de 2kg	140031	Lata	3	R\$ 307,77	923,31
35	Tinta offset plana, composição 100% vegetal, AZUL BRONZE REFLEXO, lata de 2kg	140031	Lata	3	R\$ 280,00	840,00
36	Tinta offset plana, composição 100% vegetal, AZUL REFLEXO, lata de 2kg	140031	Lata	3	R\$ 209,80	629,40
37	Tinta offset plana, composição 100% vegetal, VERDE PETROLEO, lata de 2kg	140031	Lata	8	R\$ 213,74	1.709,92
TOTAL LOTE:						18.166,11

**Lote 4**

ITE M	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM
38	papel adesivo para impressão offset, fosco, branco, 115gr, 66X96 cm	458784	Folha	1500	R\$ 2,76	4.140,00
39	Papel adesivo para impressão offset, fosco, branco, 190gr; 66x96cm, 100 folhas/pacote	431536	pacote	15	R\$ 297,00	4.455,00
40	Papel couche matte 90g/m2, Formato: 66x96cm, 250 folhas/pacote	461776	pacote	15	R\$ 180,00	2.700,00
41	Papel Offset 90 g/m2, Formato: 66x96, 250 folhas/pacote	461812	pacote	10	R\$ 122,00	1.220,00
TOTAL LOTE:						12.515,00

**Lote 5**

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM
42	capa plastica transparente para encadernação - tamanho A4 (pacote com 100 unidades)	464924	Pacote	30	R\$ 39,07	1.172,10
43	capa plastica azul para encadernação - tamanho A4 (pacote com 100 unidades)	399691	Pacote	15	R\$ 41,46	621,90
44	capa plastica preta para encadernação - tamanho A4 (pacote com 100 unidades)	438856	Pacote	15	R\$ 39,72	595,80
45	Bobina de Wire-O, passo 3:1, medida 5/16" com 63 mil anéis na cor branco, 7,9mm (para até 55 fls. de 75g)	324627	Bobina	3	R\$ 1.137,78	3.413,34
46	Bobina de Wire-O, passo 3:1, medida 9/16" com 21 mil anéis na cor branco, 14,3mm (para até 110 fls. de 75g)	324626	Bobina	3	R\$ 786,08	2.358,24
<b>TOTAL LOTE:</b>						<b>8.161,38</b>

- 1.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 1.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 1.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados do pregão, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 4.1. Bens comuns: Insumos para atividades gráficas.

## 5. AMOSTRA

- 5.1. Será solicitado ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de amostras **dos itens 15, 16, 17, 18 e 20**, a serem entregues num prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para a verificação da conformidade com as especificações, qualidade e compatibilidade com as necessidades técnicas do material, bem como às especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, no local e prazo indicado no edital.
- 5.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 5.3. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, com respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características.
- 5.4. As amostras deverão ser entregues na **Divisão Gráfica**: Rua Paulo Emídio Barbosa, sem número, Prédio da Divisão Gráfica. Parque Tecnológico – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro – RJ - CEP 21941-615 - Ponto de referência: Entre a Incubadora de empresas e Almoxarifado Central.
- 5.5. Os licitantes deverão colocar à disposição todas as condições indispensáveis à realização da análise e testes.
- 5.6. Será desclassificada a proposta, caso a amostra apresente:
  - a. especificações diversas daquelas especificadas neste Termo de Referência;
  - b. má qualidade.
- 5.7. Após análise pela área técnica, se ainda persistirem dúvidas, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante a apresentação de documentos comprobatórios.
- 5.8. Os custos de entrega e retorno das sobras de material das amostras são responsabilidade do fornecedor.
- 5.9. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues estarão disponíveis para serem recolhidas pelos licitantes no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

## 6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da homologação do pregão, em remessa única, na Divisão Gráfica: Rua Paulo Emídio Barbosa, sem número, Prédio da Divisão Gráfica. Parque Tecnológico – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro – RJ - CEP 21941-615 - Ponto de referência: Entre a Incubadora de empresas e Almoxarifado Central.
- 6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
  - 6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** São obrigações da Contratante:

**7.1.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**7.1.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**7.1.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**7.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**7.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**8.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, composição, procedência e prazo de garantia ou validade;

**8.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**8.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**8.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**8.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**8.1.6.** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**8.2.** Todos os custos (incluindo frete, tributos e demais custos) obrigatoriamente estão inclusos nos valores apresentados pela proponente/contratada.

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**9.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**10.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**11.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**11.1.1.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

**11.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. DO PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**12.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**12.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.4.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**12.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento

ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 12.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.7.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.9.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.11.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.13.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.14.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### 13. DO REAJUSTE

**13.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**13.1.1.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**13.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**13.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**13.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**13.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**13.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**13.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**14.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### 15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

**15.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**15.2.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

### 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**16.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**16.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**16.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;



- 16.1.3.** falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.5.** cometer fraude fiscal;

**16.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**16.2.1.** Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**16.2.2.** multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

**16.2.3.** multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**16.2.4.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**16.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**16.2.6.** impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**16.2.6.1.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

**16.2.7.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**16.3.** As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**16.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**16.4.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**16.4.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**16.4.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**16.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**16.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**16.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 16.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.9.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.10.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.11.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.


## **17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 17.1.** O custo estimado da contratação conforme cotações anteriores é de R\$ 110.132 (cento e dez mil cento e trinta e dois reais).

## **18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

- 18.1.** A dotação orçamentária será apontada pelo setor competente da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR3).

Rio de Janeiro, 07 de março de 2022

 Caroline Maia  
Direção da Divisão Gráfica  
1968730